

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.263.959 - DF (2018/0061339-3)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE : CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA**  
**ECONÔMICA-CADE**  
**AGRAVADO : CSL BEHRING COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS**  
**LTDA**  
**ADVOGADO : SÔNIA MARIA GIANNINI MARQUES DOBLER - SP026914**  
**ADVOGADA : LÍLIAN ROSE PEREZ E OUTRO(S) - SP090829**  
**ADVOGADOS : GRAZIELLA ANGELA TINARI DELL'OSA - SP173626**  
**FLAVIA CHIQUITO DOS SANTOS - SP266802**

## EMENTA

**PROCESSUAL CIVIL. AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO. AÇÃO ANULATÓRIA. FORMAÇÃO DE CARTEL. INDÚSTRIA FARMACÊUTICA. PODER DE POLÍCIA. ANULAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. FALTA DE LASTRO PROBATÓRIO. PRÁTICAS CONCERTADAS. VIOLAÇÃO A NORMATIVOS FEDERAIS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DESCARACTERIZAÇÃO. JULGAMENTO CONTRÁRIO AOS INTERESSES DA PARTE. DIREITO PROBATÓRIO. TÉCNICAS DE EXPERIÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 07/STJ.**

1. O mero julgamento da causa em sentido contrário aos interesses e à pretensão de uma das partes não caracteriza a ausência de prestação jurisdicional tampouco viola o art. 535 do CPC/1973. Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
2. A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial. Inteligência da Súmula 07/STJ.
3. Agravo interno não provido.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento:

"A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator

